



HISTÓRIA DA SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO: A OFICINA SOCIOLÓGICA DE MARIO BISPO DOS SANTOS

Fagno da Silva Soares¹

Rafael Bezerra Gaspar²

Resumo

Entrevista realizada em 27 de abril de 2019, com o sociólogo Mário Bispo dos Santos, professor de Sociologia da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEMED/DF). Durante a entrevista, Mário Bispo dos Santos tratou, brevemente, de sua trajetória pessoal e de como a Sociologia o alcançou. Realizou reflexões sobre o ofício do/a sociólogo/a no século XXI, passando pelos dilemas da formação do professor de Sociologia no país, das políticas públicas voltadas à educação, da participação, dos desafios dos professores em organizações sindicais relacionadas à educação até o processo de fortalecimento dos estudos em ensino de Sociologia no Brasil com a criação do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio). Por fim, falou particularmente do histórico, desafios, experiências e perspectivas do Ensino de Sociologia no Brasil.

Palavras-chaves: História da Sociologia. Ensino de Sociologia. Ensino Médio.

Mário Bispo dos Santos é professor de Sociologia da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEMED/DF). Sua produção acadêmica gira em torno de temáticas como Ciência, Tecnologia e Sociedade, com destaque ao ensino de Sociologia no Ensino Médio e à formação de professores de Sociologia. Ademais, dá evidência à participação no Projeto do Curso de Especialização em Ensino de Sociologia para o Ensino Médio pelo Ministério da Educação (MEC) cujo objetivo é a formação qualificada de professores especialistas no ensino de Sociologia no país. Doutor e mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB, 2017, 2002), com a tese “O Pibid na área de Ciências Sociais: da formação do sociólogo à formação do professor de Sociologia” e a dissertação “A Sociologia no Ensino Médio: o que pensam os professores da Rede Pública do Distrito Federal”. É licenciado em Pedagogia e Ciências Sociais pela mesma universidade (UnB, 1996, 1990). Em sua

¹ Doutor em Geografia Humana pela FFLCH/USP, Doutorando em História Social/Contemporânea pela UFF. Pesquisador do Núcleo de Estudos de História Oral NEHO/USP e do Grupo Trabalho Escravo Contemporâneo GPTEC/UFRJ. Vinculado aos Grupos de Pesquisa Geografia Agrária USP / População, Trabalho e Economia USP / NIEPHE Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação USP / Grupo de Pesquisa da Cátedra José Bonifácio USP. E-mail: fagno@ifma.edu.br

² Doutor em Ciências Humanas – Antropologia Cultural [PPGSA-UFRJ]. Mestre em Ciências Sociais – Antropologia [PPGCSoc-UFMA]. Antropólogo – Coordenação Técnica/ Patrimônio Imaterial da Superintendência do IPHAN no Maranhão. [UFMA]. E-mail: rafael.gaspar@iphan.gov.br

produção acadêmica destacamos a obra “A Sociologia no Ensino Médio: Cidadania e Representações Sociais de Professores e Estudantes” (2016)³.

E1 e E2: Boa noite, caríssimo professor Mário. Agradecemos a solicitude e presteza que, de pronto, se dispôs para esta entrevista. Assim, tomamos como mote inicial desta nossa interlocução, sua história de vida e trajetória no campo da educação. Fale sobre as inspirações que os levaram à escolha da carreira de sociólogo e de professor de Sociologia, a formação escolar e os caminhos percorridos.

MÁRIO BISPO DOS SANTOS: Boa noite Fagno e Rafael. Antes de tudo, muito obrigado pelo convite para entrevista, pela oportunidade de estar mais uma vez ao lado do meu amigo Erlando Rêses⁴ numa produção relativa ao ensino de Sociologia. Então vamos lá. Ao pensar na resposta a essa primeira pergunta, lembrei de dois textos que li essa semana sobre formação de professores de Sociologia a partir de relatos autobiográficos. Um texto chama-se “*Ser docente e formar docentes: reflexões sobre uma prática*”. A autora, a Bruna dos Anjos, em um exercício de imaginação sociológica, estabelece conexões entre sua biografia pessoal e a história social, aliando um relato sobre sua trajetória acadêmica com uma reflexão sobre a própria história da disciplina Sociologia no país, especialmente no estado do Rio de Janeiro, onde atua. Outro texto é “*A formação identitária do professor de Sociologia: caminhos e descaminhos que levam os sujeitos de estudantes ao exercício da docência*”, do Marcos Silva. Ele nos instiga a um exercício de rememoração que nos espanta ao mostrar que, de fato, geralmente começamos a aprender ser professor/a de Sociologia desde cedo já no ensino fundamental/médio, nos primeiros contatos com os conteúdos das Ciências Sociais e nas interações com professores da disciplina. (*Os dois artigos serão publicados em um livro referente ao V Encontro Nacional sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica – ENSEB, organizado por mim e pela professora Haydée Caruso da UnB*). Infelizmente, na época que cursei, não tive contato com esses conteúdos, nem com professores de Sociologia. Cursei o antigo segundo grau, ainda sob o regime militar, momento no qual a formação para a “cidadania” caberia às disciplinas Organização Social e Política do Brasil – OSPB e Educação Moral e Cívica. Naquela época, eu sonhava em cursar Física, sempre gostei da área de Ciência da Natureza. No entanto, quando comecei a preparar para o vestibular, já vivíamos no contexto da transição democrática, então nos cursinhos preparatórios, tive contato com professores de História, Geografia e Literatura que me fizeram encantar pelas Ciências Humanas. Por isso, minha primeira tentativa no vestibular foi para a História. Na preparação para a segunda tentativa, eu me interessei por Ciências Sociais. Confesso que não sabia

³ Ver as publicações citadas por nós ou comentadas pelo entrevistado nas referências.

⁴ Destacamos aqui que esta entrevista foi realizada conjuntamente com os professores Erlando da Silva Rêses e Mário Bispo dos Santos.

muito sobre o curso, mas imaginei que pelo nome seria mais abrangente que História. Então no segundo semestre de 1986, passei no vestibular da Universidade de Brasília e somente lá descobri que o curso tinha habilitações – Antropologia, Sociologia, Ciência Política – e a Licenciatura em Ciências Sociais. No terceiro semestre, uma colega da Geografia me convidou para cursarmos a disciplina Didática na FE, Faculdade de Educação. Lá, na Faculdade de Educação, eu simplesmente me apaixonei pela licenciatura, pela educação, pela Sociologia da Educação. Então, decidi que seria professor de Sociologia.

E1 e E2: : Professor Mário Bispo, conte-nos um pouco das influências teóricas que teve durante a graduação, mestrado e doutorado na UNB e no ingresso na docência. Quais sociólogos/las ou outros intelectuais exerceram papel importante na formação inicial e no decorrer de sua trajetória acadêmica?

MÁRIO BISPO DOS SANTOS: Ainda no cursinho pré-vestibular, eu tive contato inicial com alguns conceitos marxistas, como modo de produção e mais-valia. Na graduação, eu tinha muito interesse em compreender melhor a teoria marxista. Então, tive a oportunidade de cursar duas disciplinas com o professor Ruy Mauro Marini, um renomado intelectual marxista que, após o exílio, havia sido reintegrado aos quadros da UnB. Nesse contexto, comecei a estudar mais sobre as perspectivas de teóricos marxistas sobre educação como Althusser, Gramsci. No final da graduação, participei de uma pesquisa coordenada pelo professor Carlos Benedito Martins, acerca do campo da Economia no Brasil que tinha como um dos principais referenciais Pierre Bourdieu. A partir dessa pesquisa, escrevi a monografia de final de curso sobre a Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia – ANPEC e a reprodução dos economistas no Brasil. Iniciei o mestrado em 2000, dez anos depois da conclusão da graduação, então havia muitas mudanças tanto no campo acadêmico, como no cenário do ensino da Sociologia na educação básica, nacionalmente e localmente. No DF, naquele ano, a disciplina se tornou obrigatória nas três séries do ensino médio com duas horas e logo depois, ela passou a ser cobrada no vestibular e no Programa de Avaliação Seriada da UnB. Naquele momento, a UnB/Departamento de Sociologia começou a ofertar cursos de atualização para professores da rede pública e particular, coordenados pelo professor Sadi Dal Rosso. Nesse curso, assisti uma aula da professora Fernanda Sobral sobre as relações entre ciência, tecnologia e educação na contemporaneidade, na qual foram apresentadas as ideias de autores como Michael Gibbons, sobre um novo modo de produção do conhecimento e Anthony Giddens, sobre a reflexividade e aplicabilidade da Sociologia na vida cotidiana. Por falar em Giddens, cabe um parêntesis. (*Ontem, 26 de abril de 2019, a SBS lançou uma nota de repúdio aos ataques de Bolsonaro*

e do seu ministro da Educação aos cursos de Ciências Humanas, notadamente Filosofia e Sociologia. Na nota assinada pelo presidente da entidade científica, professor Carlos Benedito Martins, há uma referência justamente às referidas ideias de Giddens sobre o papel da Sociologia nas sociedades contemporâneas). Enfim, tais autores constituíram a justificativa teórica do projeto sobre ensino de Sociologia que apresentei na seleção para o mestrado, na área de concentração: ciência, tecnologia e sociedade. Já cursando o mestrado, senti a necessidade de me aprofundar nos estudos sobre a Teoria das Representações Sociais, por isso, fui buscar o aporte da Psicologia Social. No Instituto de Psicologia da UnB, a professora Angela Almeida oferecia um curso sobre a referida teoria. Ela sugeriu que eu usasse nas minhas pesquisas, o conceito de campo comum das representações sociais de um psicossociólogo suíço chamado Willem Doise. Ele procurava articular as proposições de Serge Moscovici e Pierre Bourdieu, pensadores com quem colaborou em pesquisas. Talvez, vocês me perguntem sobre meu interesse pela história do ensino de Sociologia à qual dediquei um capítulo da dissertação. Inicialmente, eu nem pretendia tratar dessa história. Meu modesto objetivo era apenas comparar as representações sociais dos professores sobre o papel da Sociologia com concepções acerca da disciplina postas nos documentos (DCNEM, PCNEM) da Reforma do Ensino Médio de 1998, no Governo Fernando Henrique. Porém, meu orientador, professor Carlos Benedito sugeriu um capítulo histórico abordando a presença ou ausência da Sociologia nas diversas reformas pelas quais passou a educação média no Brasil. De início, eu resisti, pois, seria uma tarefa hercúlea que tomaria meu escasso tempo. Ademais, eu confesso que embora fosse professor de Sociologia, eu desconhecia quase totalmente a história da minha disciplina. Na realidade, eu tinha aquela visão de senso comum mesmo que a Sociologia havia sido retirada/impedida de estar nos currículos pelo regime militar e que, na transição democrática, se iniciou a luta pelo seu retorno. O professor Carlos insistiu e mostrou trabalhos que abriram meus olhos para aquela história: a dissertação do Adriano Giglio: “*A Sociologia na Escola Secundária: uma questão das Ciências Sociais no Brasil - Anos 40 e 50*” orientada pelo Luiz Werneck Vianna (IEUPERJ, 1998) e a dissertação da Simone Meucci: “*A institucionalização da Sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos*”, sob orientação do Octavio Ianni (UNICAMP, 2000). Eu fiquei fascinado e ao mesmo tempo espantado ao descobrir que a história da minha disciplina era uma história secular de idas e voltas e que ela fora incluída pela primeira vez no ensino secundário ainda no século XIX pela Reforma Benjamin Constant. Descobri que durante as primeiras décadas do século XX, sua presença/ausência fora objeto de lutas e debates acadêmicos envolvendo importantes intelectuais como Fernando de Azevedo, Costa Pinto, Antônio Cândido, Florestan Fernandes. Espantado

também fiquei ao perceber que estava diante de uma história esquecida pela historiografia das Ciências Sociais no Brasil ou, como bem disse Adriano Giglio, “*uma história que tinha sido reduzida a uma nota de rodapé*”. De fato, na minha época de graduação, uma das obras mais importantes da referida historiografia era o livro organizado pelo Sérgio Micelli: “A história das Ciências Sociais no Brasil”. No mestrado, eu percorri as diversas páginas dos dois volumes, mas encontrei apenas um parágrafo relativo à trajetória da Sociologia na escola secundária. Então, aceitei o desafio proposto pelo meu orientador. No início dos anos 2000, era escassa a disponibilidade de documentos oficiais na internet especialmente os mais antigos. Mas, bem próximo de mim, havia as bibliotecas da Câmara e do Senado Federal. Fui lá pesquisar acerca da legislação referente às reformas educacionais. No Congresso Nacional, eu me senti um historiador em busca de fontes primárias e fiquei muito emocionado ao encontrar as cópias dos diários oficiais dos decretos que, em diferentes momentos, institucionalizaram a Sociologia no então ensino secundário – *Decreto nº 98, de 08 de novembro de 1890 (Reforma Benjamin Constant), o Decreto nº 16.782-A de 13 de janeiro de 1925 (Reforma Rocha Vaz), Decreto nº 19.890 de 18 de abril de 1931 e o Decreto nº 21.241 de 14 de abril de 1932 (Reforma Francisco Campos)*. Com base naquela pesquisa, escrevi o primeiro capítulo do trabalho que pouco tempo depois foi divulgado pelo Sindicato dos Sociólogos do São Paulo e publicado no livro organizado pelo Lejeune Carvalho – “*Sociologia e Ensino em Debate: experiências e discussão de Sociologia no Ensino Médio*” (Ed. Unijuí, 2004). Dessa forma, minha produção sobre a história do ensino de Sociologia acabou tendo maior publicização do que as próprias pesquisas sobre representações sociais. Aquele primeiro encontro com aquela história foi tão marcante para mim que eu o cito logo nas primeiras páginas da tese doutorado numa espécie de memorial: “*Diante dessa história, enquanto professor e militante pelo retorno da disciplina, espantei-me primeiro porque compartilhava o senso comum que atribuía a ausência da Sociologia ao regime militar. Segundo, usando a terminologia da L'École des Annales, senti-me fazendo parte de uma história marcada por (des)continuidades. Assim, percebi que as angústias da minha categoria profissional, provavelmente teriam sido experimentadas por tantas outras gerações de professores de Sociologia*”. No doutorado, inclusive, retomei aqueles estudos com foco na histórica mais recente da disciplina com objetivo de compreender aquilo que minha orientadora, professora Fernanda Sobral, denomina condições sócio-institucionais e cognitivas, no caso as condições sob as quais aconteceu e se desenvolveu meu objeto de estudo: o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID na área de Ciências Sociais. Na realidade, também foi para mim, uma oportunidade de revisitar a cronologia construída no mestrado que, como outras cronologias sobre o tema, gerou alguns debates e críticas.

Assim, rever aquela cronologia também serviu para investigar lacunas e analisar as referidas críticas muito pertinentes de pesquisadores como Alexandre Fraga, Amaury Moraes e Amurabi Oliveira. Por fim, cabe ressaltar que no doutorado minhas atenções continuaram centradas na investigação sobre representações sociais dos atores envolvidos com ensino de Sociologia, no caso, os licenciandos em Ciências Sociais (bolsistas do Pibid X estagiários da prática de ensino). Minha pretensão era completar um ciclo de estudos que eu, o Erlando Rêses e uma outra colega Shirlei Daudt iniciamos no mestrado tendo como foco professores (Mário, 2002), estudantes (Erlando, 2004) e de outros atores da escola (Shirlei, 2007). Pretensiosamente, acreditamos que aquele conjunto de estudos formou uma trilogia que teve como objeto as representações sociais acerca do papel do conhecimento sociológico na escola. Publicamos nossa trilogia no livro – “*A Sociologia no ensino médio: cidadania e representações sociais de professores e estudantes*” (2016).

E1 e E2: : Em sua carreira, percebemos o interesse pelas temáticas do ensino e da formação docente, especialmente a respeito da Sociologia. Conte-nos do interesse por esses temas em seus investimentos de pesquisa e como você tem participado na formação de jovens professores. Ademais, para você, quais são os limites ainda encontrados, no âmbito das políticas públicas, para o avanço de programas destinados ao fortalecimento da docência, seja no espaço acadêmico, seja no próprio espaço de trabalho, além das iniciativas à entrada dos jovens nos cursos destinados à formação de professores?

MÁRIO BISPO DOS SANTOS: Anteriormente, eu disse que me interessei pela questão da formação de professores já na graduação quando iniciei os estudos sobre Sociologia da Educação. Eu fiz meu estágio da licenciatura no curso de magistério lecionando Sociologia da Educação. Aquela experiência na Escola Normal de Ceilândia-DF, foi fundamental para a confirmação da minha opção pela carreira docente e por definir a formação de professores como um tema de interesse para futuros estudos. Inclusive aproveitei para completar resposta à pergunta anterior que também demandava sobre o início da carreira docente. Praticamente, iniciei minha carreira como professor da Escola Normal em 1992 depois de um breve período atuando no ensino fundamental. Enfim, o interesse pelo tema é antigo e prosseguiu por toda minha carreira de pesquisador, inclusive culminado na pesquisa de doutorado sobre o PIBID. Aliás, para mim, não temo exagerar, foi a experiência mais inovadora dos últimos tempos em termos de formação de professores. No entanto, respondendo a pergunta de vocês, trata-se de um programa com limites, pois é um programa de bolsas e assim não tem como alcançar a maior parte dos licenciandos. Ademais, ainda não se consolidou como uma política de Estado, nem sei se conseguirá com as mudanças de governo. Não obstante tais limites, penso que o espírito, os princípios do PIBID deveriam estar presentes nas

licenciaturas como um todo. Eu falo da articulação entre teoria e prática, ensino superior e educação básica, saberes disciplinares, pedagógicos e saberes experienciais construídos pelos professores na escola básica.

E1 e E2: : Como você avalia o desenvolvimento do ensino da Sociologia nos últimos anos? A partir disso, como você vê o atual cenário desse ensino no país e o perfil do professor de Sociologia do ensino médio, considerando suas experiências no Distrito Federal.

MÁRIO BISPO DOS SANTOS: Eu considero que entre 2006 e 2016, quanto ao ensino de Sociologia, vivenciamos uma era de ouro. Em 2006, tivemos a aprovação da obrigatoriedade no Conselho Nacional de Educação e a edição das Orientações Curriculares; em 2008, a obrigatoriedade definida em lei; em 2009, o primeiro ENESEB, posteriormente, o ensino da disciplina começou a ser contemplado por diversas políticas de governo como PIBID e PNLD. Quanto à questão da formação de professor, tivemos o advento do mestrado profissional nacional em rede. No entanto, em 2016, iniciou-se uma conjuntura muito adversa em especial com a Medida Provisória 746/16 editada pelo governo Temer que instituiu uma reforma do ensino médio que desobrigou a oferta da Sociologia como disciplina. Penso que o quadro somente se agrava no contexto do governo Bolsonaro que ataca e ameaça diretamente os cursos de Ciências de Sociais. Ainda que pese essa conjuntura adversa, penso que os conhecimentos foram consolidados acerca de diversos aspectos do ensino de Sociologia (metodologias, recursos, pesquisas, formação de professores) e que tais conhecimentos constituem a base para a construção da resistência.

E1 e E2: : É muito comum percebermos maior atenção à formação do pesquisador nas graduações, diferentemente daquele destinado ao professor, cuja formação é menos valorizada, numa perspectiva decididamente hierarquizante e dualista entre ser docente e ser pesquisador. Você considera que as graduações em Ciências Sociais ainda mantêm essa desigualdade nas formações? Quais as alternativas para mudanças nesse cenário e como essas formações podem ser articuladas ainda na graduação?

MÁRIO BISPO DOS SANTOS: Não obstante todos aqueles avanços durante a “década de ouro” descrita anteriormente, eu tenho a impressão que permanece nos cursos essa dualidade entre formar o docente versus o pesquisador. Vejo que não se trata de um problema somente dos cursos de Ciências Sociais. No nosso caso, a história intermitente da disciplina agravou essa situação. Porém, eu tive a oportunidade durante o doutorado de acompanhar a licenciatura em Ciências Sociais na Universidade de Brasília e constatei como algumas iniciativas contribuíram para diminuir essa

desigualdade na formação, como por exemplo, dois programas da CAPES: Prodocência⁵, coordenado pela professora Sayonara Leal e Novos Talentos⁶ sob coordenação da professora Antonádia Borges. Os bolsistas, dentre outras atividades, se dedicaram a pesquisar e mapear os recursos e atores envolvidos com a licenciatura, bem como as práticas escolares relativas ao ensino de Sociologia. Tais experiências estão registradas no livro “Conhecimento escolar e ensino de Sociologia” organizado pela Anita Handfas, Julia Maçaira e Alexandre Fraga. Mais de perto acompanhei desde o início (2015), a primeira turma de bolsistas do PIBID em Ciências Sociais da UnB. Sob coordenação da professora Haydée Caruso, as atividades de iniciação à docência tinham como base um projeto mais amplo de pesquisa sobre a administração de conflitos na escola. Na pesquisa de doutorado, constatei que essa dinâmica do PIBID na UnB era muito parecida em termos de resultados com projetos de outras universidades como na Universidade Estadual Paulista – UNESP/Marília, coordenado pelas professoras Sueli Mendonça e Valéria Barbosa, e na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, sob coordenação da professora Sandra Mattar. Nas conclusões da minha tese, eu aponto que o *“PIBID trouxe um impacto direto nas condições internas referentes ao papel da pesquisa na formação de professores. Ele teria funcionado de fato como um eliciador ou estímulo à integração entre a aquisição dos saberes disciplinares, pedagógicos, experienciais e à formação para a pesquisa recolocando a educação e o ensino de Sociologia como objetos de investigação sociológica, no dia a dia da formação dos licenciandos”*.

E1 e E2: : A primeira tese de doutoramento que tem como objeto de estudo o ensino de Sociologia é de 2002. Os Programas de Pós-Graduação em Sociologia ainda demonstram desinteresse pela temática do ensino, com raras exceções, podendo apresentar linhas de pesquisa ainda pouco expressivas. De modo geral, os conhecimentos produzidos por estes programas demoram a chegar na outra ponta, ou seja, na educação básica. Para você, qual tem sido, atualmente, o lugar do ensino da Sociologia na pós-graduação brasileira? Quais seriam as alternativas para fazer essa produção ser incorporada nos programas de desenvolvimento da Sociologia na educação básica?

MÁRIO BISPO DOS SANTOS: Inicialmente, gostaria de falar de uma pesquisa da professora Fernanda Sobral (UnB) que citei na tese de doutorado e aqui reproduzo. No trabalho, ela questiona

⁵ Programa da Capes voltado para o fomento, a inovação e elevação da qualidade dos cursos de formação para o magistério da Educação Básica. Para maiores detalhes ver página: <http://www.capes.gov.br/pt/educacao-basica/prodocencia>.

⁶ Conforme designado na página online do programa, os Novos Talentos objetiva a “realização de atividades extracurriculares para professores e alunos da educação básica, tais como cursos e oficinas, visando à disseminação do conhecimento científico, ao aprimoramento e à atualização do público-alvo e à melhoria do ensino de ciências nas escolas públicas do país”. Para maiores detalhes ver página: <http://www.capes.gov.br/pt/educacao-basica/novos-talentos>.

se de fato a educação é um objeto esquecido ou escondido no âmbito da pós-graduação em Sociologia. Ela constatou de um lado que, em 2009, a educação era objeto apenas de três programas, ou seja, poderia estar sendo esquecida. No entanto, por outro lado, mais recentemente, a autora verificou que a questão da educação se encontra embutida em outras linhas de pesquisa na pós-graduação em Sociologia que tratam de temas como desigualdade, trabalho, cultura, políticas públicas, ou seja, ela pode estar de fato escondida em outras linhas de pesquisa. Dessa forma, o desinteresse pelo ensino de Sociologia deveria ser considerado no contexto do desinteresse pela própria educação nos PPG de Sociologia. Mas eu verifico que, de 2009 para cá, esse quadro se modificou. Em entrevista para a Revista Café com Sociologia, a professora Anita Handfas avalia que houve um aumento do interesse pela temática ensino de Sociologia por parte dos pós-graduandos, orientadores e programas. Ela mostra que, entre 1993 e 2016, foram produzidas 93 dissertações e 16 teses envolvendo não só programas de Sociologia, como de educação. Penso que seja uma tendência promissora. Veja que em 2017, foram defendidas pelo menos três teses de doutorado, dentre as quais incluo a minha.

E1 e E2: : Neste sentido, você acredita que o Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio)⁷, seria então um caminho para fazer chegar o conhecimento aí produzido até a sala de aula através de professores-pesquisadores? Quais as estratégias para mantê-lo fortalecido nos próximos anos, sendo adotado por mais programas de pós-graduação em Sociologia?

MÁRIO BISPO DOS SANTOS: Certamente, o ProfSocio é um caminho muito propício para se fazer essa mediação/socialização do conhecimento produzido na universidade por meio dos pós-graduandos/professores da educação básica. Quando, eu estudei a história do ensino de Sociologia, tive um outro espanto. Nas décadas de 30, 40, havia uma maior conexão entre ensino superior e o ensino secundário. Figuras emblemáticas da Sociologia como Gilberto Freyre e Fernando de Azevedo transitavam entre esses dois níveis de ensino, lecionando em faculdades e escolas normais/institutos de formação de professores. Claro, as condições sócio-institucionais e cognitivas de produção do conhecimento sociológico eram outras. Dentre outras condições, a intermitência da Sociologia ajudou a quebrar aquela conexão, mas programas como PIBID, Prodocência, ProfSocio começaram a estabelecer novos elos, embora, às vezes de modo incipiente, provisório. Eu

⁷ Sob a coordenação da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), o Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio) acontece nas seguintes instituições associadas, a saber: Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal de Campina Grande (UFCCG/ Campi de Sumé e Campina Grande), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Estadual Paulista (UNESP/Campus Marília), Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA).

penso que haverá uma ampliação de instituições associadas ao Profsocio, dentre outros fatores, devido à própria demanda por parte dos professores da educação básica. Aqui, no Distrito Federal, alguns colegas perguntam quando haverá oferta em Brasília ou mesmo em instituições de estados vizinhos: Goiás e Minas Gerais. Talvez, essa demanda mais espontânea pudesse ser melhor canalizada, por meio de associações e sindicatos de sociólogos, sindicatos de professores.

E1 e E2: : No dia 02 de junho de 2008, foi sancionada a Lei nº 11.684 que incluiu a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do Ensino Médio, cujo ponto central é a formação de cidadãos críticos e capazes de interpretar o mundo, tornando-se sujeitos ativos em prol do melhor desenvolvimento da sociedade. A reintrodução da Sociologia como componente curricular obrigatório no Ensino Médio, ainda é muito recente, embora tenha feito parte, mesmo temporariamente em décadas anteriores e sob diferentes perspectivas. Destarte, quais seriam os caminhos propícios à afirmação e consolidação da disciplina no currículo da Educação Básica sem correr o risco de novas rupturas?

MARIO BISPO DOS SANTOS: Infelizmente, no contexto brasileiro, o risco de ruptura haverá. Veja que, em 2006, conseguimos a obrigatoriedade via resolução do Conselho Nacional de Educação e, em 2008, nós a consolidamos por meio de uma lei federal. Desde então, nos dedicávamos à consolidação de nossa comunidade, de aspectos didáticos e curriculares do ensino. Durante quase 10 anos, tivemos estabilidade e experimentávamos grandes avanços, no que denominei uma década de ouro. Talvez apenas, os mais pessimistas, imaginavam o cenário iniciado em 2016 com a reforma do ensino médio no governo Temer e, agora, no governo Bolsonaro, os ataques do próprio Ministério da Educação aos cursos de Sociologia. Nacionalmente, a conjuntura está muito adversa, não podemos deixar de lutar, por exemplo, no âmbito do Congresso Nacional. Contudo, é fundamental pensar nos cenários locais, nas estratégias referentes às lutas mais regionais, nos Estados, verificar os possíveis apoios nos movimentos sociais, nas assembleias legislativas e nos gestores da burocracia das secretarias de educação. Numa resposta anterior, eu relatei que, no Distrito Federal, a Sociologia é obrigatória com duas aulas nas três séries, desde o início dos anos 2000, ou seja, bem antes da obrigatoriedade nacional. Na tese, recontei um pouco dessa história que aqui reproduzo uma parte. *“A experiência do Distrito Federal serviu como uma das referências para os movimentos pela obrigatoriedade. Todavia, é oportuno enfatizar que ela não resultou nem de um movimento político, social ou sindical, nem de uma determinação legal oriunda da Câmara Legislativa e sim de uma decisão da equipe gestora da Secretaria de Educação. Ressalta-se que na época era governador Joaquim Roriz que para oposição e mesmo analistas era um político situado à direita do espectro ideológico”*. Por isso, nesse caso, considerarei pertinente a hipótese do professor Amaury

Moraes de se considerar a importância da burocracia educacional na história de idas e vindas da Sociologia. Na análise das tendências nacionais, eu acho aquela proposição controversa, mas localmente, no caso do Distrito Federal, trata-se de uma hipótese sustentável. Apesar da obrigatoriedade, naquela época, no DF, a Sociologia sofria ataques inclusive de alguns colegas de outras disciplinas, dos pais e alunos que questionavam o espaço dado para disciplinas (Sociologia e Filosofia) quem não caíam no vestibular. Então, em 2003, formou-se um movimento de professores de Filosofia e Sociologia, do qual eu e o Erlando Rêses eram participantes, que postulava junto a UnB à cobrança dos conteúdos daquelas disciplinas no Programa de Avaliação Seriada - PAS e no vestibular. Depois de muitos debates, em 2006, tais disciplinas foram incluídas com o mesmo status das demais no rol de conhecimentos a serem avaliados nos processos seletivos da UnB. A luta pela inclusão da Sociologia no vestibular não é algo pacífico no nosso campo, porém no Distrito Federal, lá no início dos anos 2000, ela contribuiu para consolidar a disciplina nas escolas, inclusive nas particulares. Aliás, hoje boa parte das escolas particulares brasilienses, oferece Filosofia já nas séries finais do ensino fundamental.

E1 e E2: : Em que medida a criação de entidades como Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) em 1935, a Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) fundada em 1977 e a Federação Nacional dos Sociólogos (FNS) em 1989, arregimentaram esforços que culminaram na Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008?

MARIO BISPO DOS SANTOS: Especialmente, a FNS e a SBS tiveram papéis decisivos. No caso da FNS, no início dos 2000, era uma das principais entidades responsáveis pela articulação política junto a parlamentares no sentido de aprovação da obrigatoriedade. Ademais, a entidade sindical promovia debates e fazia a divulgação de textos sobre o ensino de Sociologia, numa época de escassez desses materiais. Aproveito para dar mais um depoimento, caso não me falhe a memória. O primeiro texto que li sobre o tema era “Por que Sociologia e Filosofia no ensino médio”, do Amaury Moraes (1999). O texto me foi passado pelo professor Carlos Benedito. O que de imediato me chamou a atenção foi que ele tinha o timbre de divulgação do Sindicato dos Sociólogos de São Paulo. Aliás, meus primeiros textos antes de se serem publicados, foram divulgados pelo sindicato. Quanto à SBS, com sua comissão de ensino, além de sua função mais precípua em si de cunho acadêmico, ela teve um papel muito importante na formação de uma comunidade de estudantes e professores (ensino superior e ensino médio) de Sociologia. Inclusive, há um momento importante na minha trajetória que aproveito para registrar. Em 2003, no Congresso da SBS, em Campinas, haveria um fórum sobre Sociologia no Ensino Médio, do qual participaria como convidado. O

convite partiu dos professores Amaury Soares e do Nelson Tomazi que conseguiram junto à direção da SBS o financiamento da minha participação, na condição não só de pesquisador como também professor do ensino médio. Na minha trajetória, aquela foi a primeira participação como convidado em um evento acadêmico.

E1 e E2: : Observamos que no módulo 01 do Curso de especialização em ensino de Sociologia para o Ensino Médio, na disciplina 03 chamada “Ensino de Sociologia: história, metodologia e conteúdos”, o qual vocês assinam, estão evidenciados os fundamentos teórico-metodológicos, bem como, as finalidades do ensino de Sociologia e possibilidades para a prática de ensino da disciplina em nível médio. Para isso, vocês destacam um painel bem didático, problematizando a História do ensino de Sociologia no Ensino Médio no Brasil, dividido em cinco aulas que vão desde os aspectos históricos normativos e metodológicos, mostrando as continuidades e descontinuidades da disciplina Sociologia no currículo. Fale-nos um pouco da estruturação desse projeto e de outros similares desenvolvidos por você ou com sua participação, tratando assim das mudanças ocorridas no currículo da Sociologia no Ensino Médio e de suas possibilidades de permanência na base curricular?

MARIO BISPO DOS SANTOS: Para fins didáticos, propomos essa divisão da história da Sociologia no Ensino Médio brasileiro em 5 momentos: “1996-2009- começando a contar a história pelo seu ‘final’”; “Agora é Lei, mas...1891-1925: uma sutil lembrança”; “1925-1942- Presente e debatida!”; “1942-1982- 40 anos de solidão” e “1982-1996- Retorno tímido”. De pronto, resalto que fiquei feliz com o regaste do material daquele curso. Um curso construído por diversas mãos no final da década passada, mas que durante anos, eu não tinha certeza quanto ao seu rumo e uso pelas universidades. Cabe registrar que conforme informações do Cristiano Bodart, coordenador do blog Café com Sociologia os três módulos já tinham sido baixados quase 5 mil vezes no seu blog. Anteriormente, eu falei de um dos meus espantos/paixões durante o mestrado: a história esquecida da Sociologia no Ensino Médio que não fez parte da minha formação na graduação, nem provavelmente da formação do Erlando Rêses. Então, uma das nossas motivações ao escrever aquelas aulas era enfatizar a importância do resgate daquela história na formação do professor. Por isso, criamos aqueles títulos, digamos mais poéticos que acadêmicos, para chamar a atenção para aquela história esquecida, por exemplo: “40 anos de solidão”. Nós queríamos evidenciar que aprovação da obrigatoriedade era um marco importante, mas não era fim de uma história, talvez apenas o início de um novo ciclo. Assim, optamos por começar a recontá-la no seu sentido inverso com uma reflexão posta no título da primeira aula: “1996-2009- começando a contar a história pelo seu ‘final’, agora é lei, mas...”. Apesar de ensinar essa reflexão, eu confesso que era otimista, por isso no fundo acreditava, sonhava que era o fim de um ciclo secular de instabilidade da disciplina, com a obrigatoriedade em forma de lei.

E1 e E2: : Com a reintrodução da Sociologia no ensino médio em 2008, tivemos um rápido crescimento do número de livros didáticos de Sociologia no mercado impulsionado pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD). Para que tenhamos uma ideia, se em 2012 eram apenas 5 obras inscritas no PNLD, no último ano foram 12. O que você pensa a respeito desse crescimento e dos rumos dos manuais de Sociologia para o ensino secundário frente à Base Nacional Comum Curricular (BNCC)?

MÁRIO BISPO DOS SANTOS: Eu tive a oportunidade de participar como parecerista dos três editais PNLD (2012, 2015 e 2018) e assim, acompanhar a evolução à qual se referem. Em 2012, na realidade foram 14 obras inscritas e apenas 2 duas selecionadas. Já em 2015, tivemos 13 obras inscritas e 6 selecionadas. Por fim em 2018, 12 livros inscritos e 5 selecionados. O aumento do número de livros selecionados indica que houve um aprimoramento do livro didático de Sociologia. No entanto, eu gostaria de enfatizar um outro efeito positivo, do ponto vista mais curricular trazido pelo programa: a estabilização dos conteúdos de Sociologia. Cabe lembrar que lá em 2006, na elaboração das Orientações Curriculares para o Ensino Médio, houve a opção pela não apresentação de uma proposta de conteúdos. Os autores avaliaram que não existiriam ainda conteúdos universalmente aceitos e consagrados devido à longa ausência e à instabilidade da disciplina. Contudo, quase uma década depois, a Simone Meucci e o Rafael Bezerra (2014) mostraram que o PNLD em conjunto com ENEM e as matrizes das licenciaturas teriam contribuído para estabilizar os conteúdos de Sociologia, ou seja, para a definição mínima do conteúdo a ser trabalhado pela disciplina. Nessa perspectiva, em 2012, eu tinha feito uma investigação que buscava justamente averiguar uma hipótese semelhante à da estabilização: a existência de um mapa ou campo comum referente às diretrizes curriculares estaduais, tendo como base as 11 categorias estabelecidas pelo edital do PNLD/2012 (cultura, estado, sociedade, etnocentrismo, poder, dominação, ideologia, instituições sociais, socialização, identidade social e classes sociais). A análise constatou que 10 categorias estavam presentes em 12 das 14 diretrizes estaduais analisadas, ou seja, em 85%. As pesquisas do Alexandre Fraga e Thiago Matioli indicaram que tais categorias também estavam presentes nos conteúdos cobrados em vestibulares. Na pesquisa de doutorado, ao retomar a história do ensino de Sociologia, aponto que durante a década de ouro (2006-2016) se consolidou um conjunto de categorias, um cânone, presente nas matrizes e diretrizes curriculares da graduação e da escola básica, sistematizado em livros didáticos e cobrado em exames. Quanto à BNCC, eu considero que aquelas categorias constituem o núcleo central da primeira proposta de Base Nacional Curricular Comum para a Sociologia.

E1 e E2: : Como você avalia as implicações decorrentes dessa dinâmica de inclusões e ausências da Sociologia no currículo para a formação do professor, pensando especificamente na construção de uma identidade profissional? Qual seria, hoje, o papel dos sindicatos e de outras entidades profissionais na construção dessa identidade do sociólogo-professor?

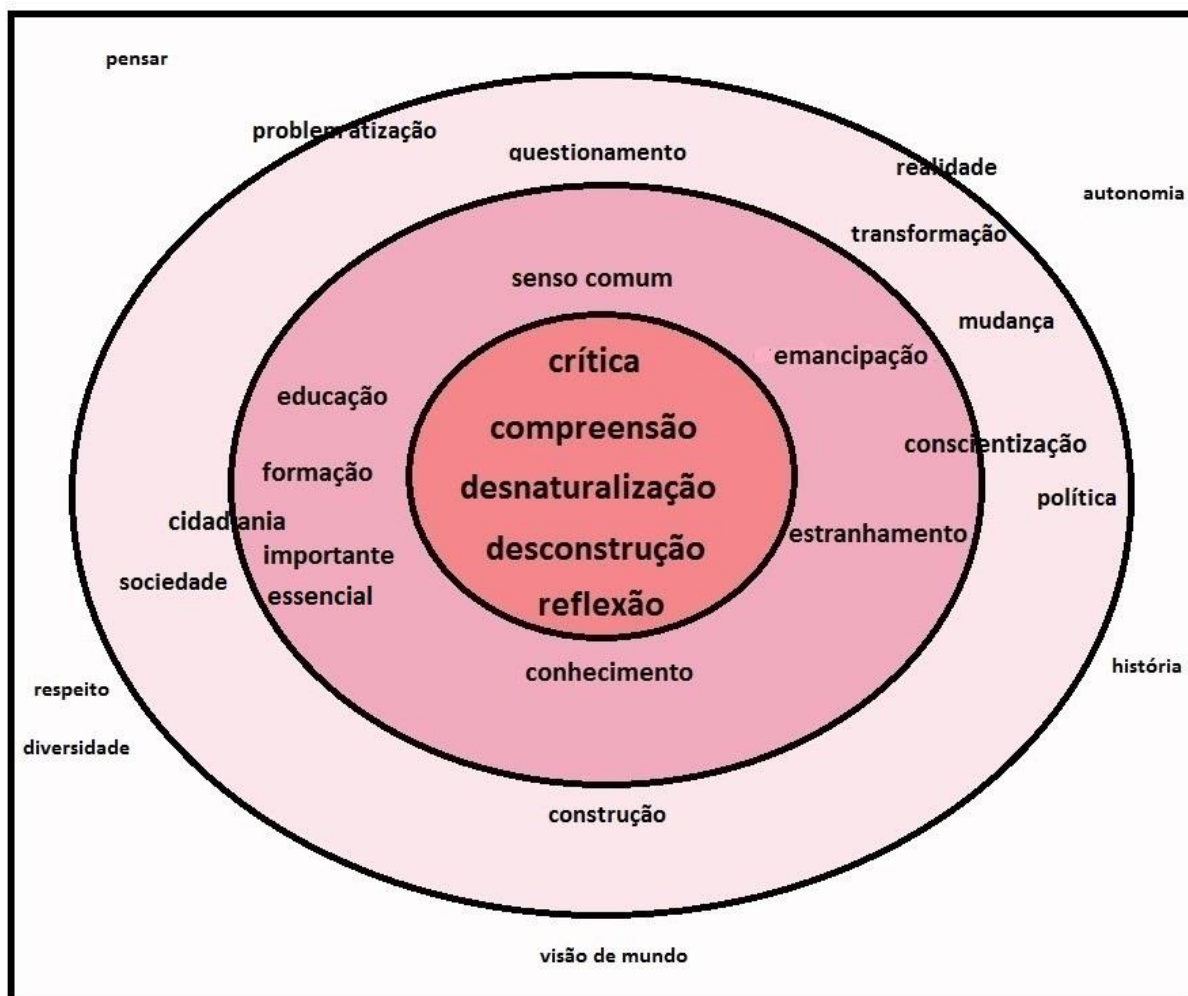
MÁRIO BISPO DOS SANTOS: De fato, a atratividade da licenciatura em Ciências Sociais é muito suscetível. Durante o doutorado (2013-2017), eu acompanhei mais de perto licenciandos (estagiários e bolsistas do Pibid), então notei muito estudantes motivados quanto à carreira de magistério ou mesmo quanto à pesquisa em educação, em ensino de Sociologia. Naquele período, conheci egressos (bacharéis e mestres) que retornaram à universidade para fazer a licenciatura em razão da ampliação do mercado de trabalho. Todavia, diante da conjuntura política que se configurou a partir de 2016, alguns colegas docentes de cursos de Ciências Sociais já identificaram algumas tendências contrárias àquelas que observei anteriormente, ou seja, verificaram uma diminuição do interesse pelo curso, aumento da evasão e egressos buscando por outras opções e formações. Enfim, são tendências que comprometem a identificação dos jovens estudantes com o magistério, no caso com a profissão de professor de Sociologia. Quanto aos sindicatos, penso que eles têm uma contribuição fundamental nesse processo de formação, contudo hoje se deparam com muitos limites, pois também foram afetados pela conjuntura política. Cabe lembrar que a reforma trabalhista visou fragilizar tais entidades. Mas penso que o Erlando Rêses como um pesquisador do movimento sindical tenha bem mais elementos para esclarecer essa questão.

E1 e E2: : As discontinuidades da Sociologia no currículo expressam as disputas ideológicas e políticas a favor ou não da disciplina no currículo escolar. Quando presente, em muitos momentos, a Sociologia passou a ser partilhada como instrumento de formação para a cidadania, ainda mantendo tal representação nos dias atuais, ao mesmo tempo em que passou a ser apropriada para questionar modalidades de dominação e de discriminação existentes no mundo social. Como você avalia a relação entre essas representações e usos da Sociologia e a formação da identidade do professor-sociólogo? Para você, quais seriam as estratégias para manter a Sociologia nos currículos, de modo regular, diante das disputas ideológicas e políticas que colocam em questão sua existência como disciplina crítica e transformadora das formas de pensamento na atualidade?

MÁRIO BISPO DOS SANTOS: Muita oportuna essa questão acerca das representações sociais, sobre a qual talvez eu me estenda mais um pouco. Na década passada, quando fizemos nossas pesquisas, a cidadania era o elemento central das representações sociais dos professores (Mário Santos, 2002), estudantes (Erlando Rêses, 2004) e outros atores da escola (Shirlei Daudt, 2007). A partir desse campo comum das representações, identificamos diferenciações nos posicionamentos dos sujeitos em razão de diferentes ancoragens. No caso dos professores, havia um grupo constituído

por licenciados em Ciências Sociais para o qual a Sociologia forma para cidadania, ao possibilitar ao educando compreender a realidade social. O outro grupo era constituído por professores de Sociologia, porém formado em outras áreas. Para eles, a disciplina prepara para a cidadania, pois é um instrumento prático de reforma e mudança social. Desse modo, a formação superior era o principal fator de ancoragem das diferenciações, embora pesasse também o local de atuação do professor: no centro do Distrito Federal, Plano Piloto ou nas chamadas “cidades satélites”. Na sua dissertação de mestrado, Luiz Fernando Moraes (2009) afirma que os dois grupos identificados por mim refletem duas perspectivas, a “cidadania sociológica” e a “Sociologia cidadã”, que tem a ver com relação que se estabelece entre cidadania e Sociologia e entre objetivo e objeto do ensino da disciplina. De acordo com o autor, dentro de primeiro princípio, a cidadania seria abordada mais como um conceito, um conteúdo, um objeto de estudo sociológico, enquanto do outro, ela é mais que um objeto, tende a ser um dos objetivos do ensino de Sociologia. Dez anos depois, já na minha tese, eu noto que “a partir das Orientações Curriculares para o Ensino Médio” (OCEM, 2006), buscou-se superar a concepção ou clichê (termo utilizado na OCEM), a representação arraigada no domínio público que associava o ensino de Sociologia à preparação para a cidadania. Para a consolidação e legitimação da disciplina seria importante concebê-la em sua especificidade como um meio para o desenvolvimento de uma linguagem científica. Linguagem que possibilite ao educando estranhar e desnaturalizar os fenômenos sociais. Na tese, eu denomino essa proposição da OCEM para o ensino de Sociologia de formação de uma “consciência sociológica”, em contraposição à formação de uma “consciência cidadã” que dominava o senso comum. De fato, na pesquisa do doutorado com licenciados de várias universidades, observei que houve uma superação/ampliação dessa concepção. No núcleo central das representações desse grupo aparecem elementos como: crítica, desconstrução, compreensão, reflexão e desnaturalização. Ressalta-se que esse último elemento fora proposto pelas OCEM em 2006, ou seja, um termo mais técnico que fora incorporado nas representações dos licenciandos. Constatei que cidadania e outros elementos correlatos como transformação, mudança, política aparecem, porém no que denominamos camadas periféricas e distantes do núcleo central, como se pode ser visualizado numa imagem que elaborei (ver figura 1).

Figura 1 - Licenciandos em Ciências Sociais: representações sociais sobre o papel da Sociologia (2015)



Fonte: Elaboração do entrevistado.

Por fim, cabe citar uma pesquisa de Leandro Raizer e Daniel Mocelin com os participantes do IV ENESEB (2015, RS). Dentre os estudantes, em grande parte bolsistas do PIBID, predominaram duas visões sobre o papel da Sociologia no Ensino Médio: “desenvolver a compreensão do aluno sobre questões de ordem social e política” (46,9%) e “promover a cidadania, a democracia e o respeito às diferenças socioculturais” (28,6%). Há ainda uma terceira concepção com um percentual pequeno: “revelar aos alunos processos de opressão e dominação social” (12,2%). Dessa forma, ao que parece, houve uma convergência significativa entre estes resultados de natureza quantitativa e

aqueles da análise das evocações que realizei no doutorado: a compreensão da realidade social em primeiro lugar (46,9%) – no núcleo central e a formação para a cidadania em segundo lugar – no sistema periférico das representações sociais.

E1 e E2: : Com a reforma do ensino médio, apresentada pelo governo Temer, o ensino de filosofia e Sociologia passaram a ser optativas no ensino médio. Recentemente, o senador Romário apresentou ao Senado uma proposta de retorno da obrigatoriedade do ensino de filosofia e Sociologia no nível médio, junto às disciplinas de português e matemática. Como você analisa esse momento?

MÁRIO BISPO DOS SANTOS: Para responder essa pergunta, eu vou continuar de onde parei na resposta à pergunta anterior. Minhas pesquisas apontaram que a cidadania se transformou em um elemento mais periférico nas representações sociais, pelo menos no meio acadêmico. Mas vejam que irônico, ao final de 2016, o Procurador-Geral da República apresentou no Supremo Tribunal Federal um parecer contrário à MP 746/16, a Reforma do Ensino Médio. Ele defende a inconstitucionalidade da medida, dentre outros motivos, por excluir a Sociologia e Filosofia do rol das disciplinas obrigatórias. De acordo com Parecer nº 313893/2016 (PGR), o art. 205 da Constituição determina que a educação deve preparar o indivíduo para exercício da cidadania. Esse imperativo constitucional, esse objetivo educacional demanda currículo compatível com sua complexidade, por isso, afirma serem imprescindíveis as duas disciplinas. Atualmente, diante dos ataques à Sociologia e à Filosofia, houve diversas manifestações de apoio às disciplinas, inclusive muitas ressaltando seu papel na formação da cidadania. Dessa forma, em mais uma das ironias da História, no sentido marxista, o “clichê,” combatido no campo acadêmico, talvez seja o principal argumento em prol da Sociologia nos embates no campo político (Congresso Nacional), como fora nos anos 80, no início do período de seu retorno gradativo.

E1 e E2: : Por fim, quais são, na opinião de você, os (di)lemas e desafios a serem enfrentados pelos/as sociólogos/as e professores/as de Sociologia no século XXI?

MÁRIO BISPO DOS SANTOS: Caros Fagno e Rafael, as três ou quatro últimas perguntas têm comum a questão do futuro da disciplina frente ao cenário adverso que se inicia com reforma do ensino no governo Temer e no governo Bolsonaro ganha contornos mais dramáticos e agressivos, pois o próprio curso de Ciências Sociais passa a sofrer ataques diretos dos governantes e seus apoiadores, inclusive tentando minar as condições para própria existência do curso. Então, eu gostaria de iniciar minha resposta que se refere aos desafios e dilemas no século XXI. A sabedoria

popular nos aconselha buscar o lado bom da coisa ruim, na conjuntura atual, eu diria o lado bom do “coiso” ruim. Os ataques do “coiso” à Sociologia e à Filosofia deram uma visibilidade às humanidades e provocaram diversas manifestações de apoio à área, inclusive de pensadores e colunistas de jornais digamos assim mais conservadores. Ademais, colocou-se a questão da aplicabilidade das Ciências Sociais para o debate público, no qual foram postos os diversos papéis das referidas ciências na sociedade. Falou-se de sua importância para o estudo de temas essenciais pertinentes a nossa realidade (violência, desemprego, saúde e educação), para o aprimoramento da democracia brasileira, para o desenvolvimento pleno do indivíduo. Inclusive, em diversas reportagens, foram divulgados dados sobre os cursos de humanas, custos, quantitativo de docentes e discentes, mercado de trabalho. Dentre as várias matérias me chamou a atenção reportagem de Amanda Ruggeri - BBC Capital denominada: “*Faculdades de humanas dão menos retorno que outras?*” Ela traz estudos mostrando que em várias áreas, empresas estão demandando cada vez profissionais de humanidades e/ou com habilidades ligadas aos conhecimentos provenientes dessa área como: pensamento crítico, conhecimento sobre as interações sociais, sobre ética, importantes no gerenciamento de projetos e no trabalho em equipe. Nesse sentido, a reportagem traz um depoimento interessante de executivos da Microsoft: “Como os computadores se comportam cada vez mais como humanos, as ciências sociais e humanas se tornarão ainda mais importantes: idiomas, arte, história, economia, ética, filosofia, psicologia e direitos humanos...”. Provavelmente, as situações descritas acima estejam mais distantes da realidade do mercado de trabalho para sociólogos no Brasil, onde as empresas investem pouco em pesquisa e inovação. Por isso, no campo acadêmico brasileiro, eu tenho a impressão que nós somos um tanto quanto arredios e muitas vezes indiferentes às possibilidades de inserção do sociólogo no setor privado. A ênfase é na inserção desse profissional no setor público, nos movimentos sociais, nas organizações não-governamentais. Quem sabe não seja a hora daquelas entidades sindicais (FNS) e acadêmicas (SBS, ANPOCS) citadas anteriormente estarem mais abertas para as referidas possibilidades de inserção profissional dos bacharéis em Ciências Sociais. Certamente, o Erlando Rêses poderá ter uma contribuição mais balizada do que essa minha impressão sobre nosso mercado de trabalho e o papel dos sindicatos e associações.

Por falar em SBS, eu queria retornar ao seu manifesto em resposta aos referidos ataques, na qual é citado Anthony Giddens. Interessante notar que o sociólogo inglês participava de um programa na Rádio BBC de Londres, onde frequentemente, os ouvintes lhe dirigiam a seguinte indagação: “a Sociologia pode nos ajudar nas nossas decisões diárias ou ela é somente uma teoria interessante?” Diante dessa questão, ele afirmava que a ciência sociológica dispõe da análise mais ampla da

sociedade. Por conseguinte, ela traz implicações práticas para o cotidiano das pessoas e assim seus usos sociais extrapolam o campo acadêmico. De concreto, ela pode contribuir para a formulação de crítica social, para uma reforma das práticas sociais de diversos modos: aumentando a sensibilidade cultural, avaliando os efeitos das políticas e ampliando o autoesclarecimento. São possibilidades interessantes, mas cabe indagar: “será que efetivamente elas têm sido concretizadas, ou será que têm sido efetivadas, porém com pouca visibilidade?” Nessa perspectiva, há outros dois pensadores contemporâneos que incorporei aos meus referenciais durante o doutorado: Michael Burawoy com sua proposta de uma Sociologia pública e Ulrich Beck (falecido em 2015) com sua proposição de uma Sociologia cosmopolita. Burawoy nos fala do desafio de publicizar o conhecimento produzido pela Sociologia acadêmica, colocando-o como subsídio para o debate das questões públicas. Beck considera a proposição de Burawoy inspiradora, no entanto para ele, antes de publicizar a Sociologia, é preciso renová-la, pois todos os diferentes tipos de Sociologias, sejam públicas, acadêmicas, práticas ou políticas, estão em perigo de se tornarem velhas e comuns peças de museu do século XIX, momento no qual seus principais conceitos foram constituídos, como: classe social, trabalho, Estado, democracia, desigualdade social, identidade, cultura e dicotomias como doméstico x internacional, local x nacional x global. Anteriormente comentamos sobre o processo de estabilização dos conteúdos de Sociologia na última década. Pois bem, as categorias citadas por Beck fazem parte justamente de um cânone, de um campo comum, de uma base sobre a qual os conteúdos de Sociologia foram estabilizados. Portanto, numa perspectiva cosmopolita, essa base deve ser também reexaminada para que possamos alcançar cada vez mais, os jovens estudantes de Sociologia nas universidades e nas escolas. Por fim, eu diria que é uma tarefa árdua, um grande desafio, porque ela dependeria, utilizando os termos de Beck, da reinvenção da própria Sociologia, de mudanças nas próprias concepções e representações dos atores responsáveis pela produção e socialização do conhecimento sociológico: pesquisadores, professores e estudantes, ou seja, nós mesmos. Fagno e Rafael, mais uma vez obrigado pela oportunidade de compartilhar alguns pontos de vista sobre o ensino de Sociologia.

E1 e E2: : Professor Mário Bispo, agradecemos por nos receber em sua oficina sociológica, para viajarmos juntos pelos caminhos do ensino da Sociologia com otimismo e muito imaginação sociológica. Obrigado!

REFERÊNCIAS

BODART, Cristiano das Neves; PEREIRA, T. I. Breve balanço do subcampo? Ensino de Ciências Sociais? no Brasil e o papel da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais - ABECS. *Cadernos de Ensino de Sociologia*, v. 1, pp. 01-10, 2017.

_____, Cristiano das Neves; SOUZA, Ewerton Diego de Souza. Configurações do ensino de Sociologia como um subcampo de pesquisa: análise dos dossiês publicados em periódicos acadêmicos. *Revista Ciências Sociais Unisinos*, v. 53, pp. 453-557, 2017.

_____, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo. P. Ensino de Sociologia no Brasil (1993-2015): Um Estado da Arte na Pós-Graduação. *Revista de Ciências Sociais* (UFC), v. 48, pp. 256-281, 2017.

_____, Cristiano das Neves; SILVA, Roniel Sampaio. O perfil do professor brasileiro de Sociologia do Ensino Médio e sua percepção da condição docente. *Inter-Legere* (UFRN), v. 1, pp. 168-189, 2016.

_____, Cristiano das Neves; SILVA, Roniel Sampaio. Um raio-x do professor de Sociologia brasileiro: condições e percepções. *Estudos de Sociologia Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE*. v. 2, pp. 197-233, 2016.

_____, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo. P. Apresentação do Dossiê especial História do Ensino de Sociologia. *Revista Café com Sociologia*, v. 4, pp. 02-07, 2015.

CARVALHO, Cesar Augusto de. (Org.). *A Sociologia no Ensino Médio: uma Experiência*. 1 ed. Londrina: EDUEL, 2010, v. 1, pp. 64-83.

FERREIRA, Eduardo Carvalho. *A Sociologia ou o vir-a-ser de uma disciplina escolar: articulações entre espaços, instituições e profissionais especializados (1996-2008)*. São Paulo: USP, 2016. Tese. (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2016.

GUEDES, André Teles. *Florestan Fernandes e o lugar da USP na história da Sociologia no Brasil*. Brasília: UnB, 2007. Dissertação. (Doutorado em Sociologia), Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 2007.

HANDFAS, Anita; OLIVEIRA, Luis Fernandes de (Orgs.) *A Sociologia vai à escola. História, ensino e docência*. Rio de Janeiro: Quartet/FAPERJ, 2009.

LEITE, Maria Cristina Stello. *"Faz sentido?" - práticas docentes no ensino médio na disciplina Sociologia: um estudo na rede pública do estado de São Paulo*. São Paulo: USP, 2014. Dissertação. (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2014.

MORAES, Amaury C. Moraes; RÊSES, Erlando da Silva; SARANDY, Flávio Marcos Silva; SANTOS; Mário Bispo dos Santos; TOMAZI, Nelson. *Curso de especialização em ensino de Sociologia: nível médio: módulo 1*. Cuiabá: Central de Texto, 2013.

MORAES, Amaury César. O veto de FHC: o sentido de um gesto, In.: CARVALHO, Lejeune Mato Grosso Xavier de (org). *Sociologia e ensino em debate – experiências e discussões de Sociologia no ensino médio*. Ijuí: Editora Unijuí, 2004.

_____. Licenciatura em ciências sociais e ensino de Sociologia: entre o balanço e o relato, **Tempo Social**, USP, abril de 2003.

MOTA, Kelly Cristine Corrêa da Silva. *Os lugares da Sociologia na educação escolar de jovens do ensino médio: formação ou exclusão da cidadania e da crítica?* São Leopoldo: Unisinos, 2003. Dissertação. (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos-Unisinos, 2003.

NEUHOLD, Roberta dos Reis. *Sociologia do ensino de Sociologia: os debates acadêmicos sobre a constituição de uma disciplina escolar*. São Paulo: USP, 2014. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2014.

OLIVEIRA, Amurabi. Ensino de Sociologia: Desafios epistemológicos para o ensino médio. *Revista Espaço Acadêmico*, v. Ano x, pp. 115-121, 2011.

_____. Sociologia do Ensino de Sociologia no Brasil: Contribuições a partir de Anthony Giddens. *Inter-ação* (UFG. Impresso), v. 35, pp. 53-62, 2010.

PLANCHAREL, Alice Anabuki; OLIVEIRA, Evelina Antunes F. de (Orgs.). Leituras sobre Sociologia no ensino médio. Maceió: EDUFAL, 2007. CRONOS – *Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFRN*. Dossiê Ensino da Sociologia no Brasil, v. 8, n. 2, jul./dez. 2007.

PLANCHEREL, Alice Anabuki; OLIVEIRA, Evelina F. Antunes de (Orgs.). *Leituras sobre Sociologia no Ensino Médio*. Maceió: EDUFAL, 2007

RÊSES, Erlando da Silva; SANTOS, Mário Bispo dos; RODRIGUES, Shirlei Daudt. *A Sociologia no ensino médio: cidadania e representações sociais de professores e estudantes*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

RÊSES, Erlando da Silva. *De vocação para profissão: organização sindical docente e identidade social do professor*. Brasília: UnB, 2008. Tese. (Doutorado em Sociologia), Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, 2008.

_____. *E com a palavra: os alunos – Estudo das Representações Sociais dos alunos da Rede Pública do Distrito Federal sobre a Sociologia no Ensino Médio*. Brasília: UnB, 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, 2004.

SANTOS, Mário Bispo. O PIBID na área de Ciências Sociais: condições epistemológicas e perspectivas sociológicas. *Revista Brasileira de Sociologia*, São Paulo, v. 2, n. 3, jan./jun. 2014.

_____. *A Sociologia no Ensino Médio – o que pensam os professores da Rede Pública*. Brasília: UnB, 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, 2002.

SARANDY, Flávio Marcos Silva. *A Sociologia volta à escola: um estudo dos manuais de Sociologia para o ensino médio no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. Dissertação. (Mestrado em Sociologia), Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

_____. Reflexões acerca do sentido da Sociologia no Ensino Médio: desenvolver a perspectiva sociológica: objetivo fundamental da disciplina no Ensino Médio. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 5, out. 2001.

_____. *Projeto para a implantação da disciplina Sociologia no ensino médio*. Novembro de 1999.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. A Sociologia no Ensino Médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina. *Cronos* (Natal), v. 8, p. 403-427, 2008.

_____. *Das fronteiras entre ciência e educação escolar: as configurações do ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Estado do Paraná (1970-2002)*. São Paulo: USP, 2006. Tese (Doutorado em Sociologia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006.

SOARES, Fagno. Por uma História do Ensino de Sociologia no Brasil: Na oficina sociológica de Cristiano Bodart tomando Café com Sociologia. *Revista Observatório*, v. 4, n. 6, pp. 1007-1029, 8 out. 2018.

SOUZA, Erika Kulesa. *Linguagem sociológica e práticas de escrita: uma pesquisa exploratória em aulas de Sociologia no ensino médio*. São Paulo: USP, 2017. Dissertação. (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2017.

TAKAGI, Cassiana Tiemi Tedesco. *Ensinar Sociologia: análise de recursos do ensino na escola média*. São Paulo: USP, 2007. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2007.

TOMAZI, Néelson Dácio. *Sociologia para o ensino médio*. São Paulo: Atual, 2007.

Recebido em: 18/06/2019

Aceito em: 13/08/2019

COMO REFERENCIAR ESTA ENTREVISTA

SOARES, Fagno da Silva; SANTOS, Mario Bispo dos. História da Sociologia no Ensino Médio Brasileiro: A Oficina Sociológica de Mario Bispo dos Santos. *Revista Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais. CABECS*, v.3, n. 1, p. 121-143, 2019.